

Vamos falar sobre a hanseníase?



Rosângela Guerino Masochini

Doutorado em Enfermagem Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (2017). Mestrado em Saúde e Gestão do trabalho na Universidade do Vale do Itajaí-SC (2015). Graduação em Enfermagem pela Universidade de Marília (2002) e em Educação Física pela Universidade de Marília-SP (1996). Professora Adjunto do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso, Sinop-MT, responsável pela disciplina Cuidados de Enfermagem na Atenção Básica.

A hanseníase é uma enfermidade crônica, granulomatosa, infecto-contagiosa, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, o qual apresenta a característica de ser intracelular obrigatório demonstra-se uma peculiaridade de predileção por células cutâneas e por células dos nervos periféricos. A doença é determinada por um período de incubação que varia de dois a cinco anos, evolução insidiosa e que acometem os indivíduos provocando situações clínicas de incapacidade, sendo de fundamental importância o diagnóstico precoce. Clinicamente a hanseníase é categorizada segundo o aspecto, quantidade e gravidade das lesões em: Indeterminada, Tuberculóide, Dimorfa e Virchowiana.

As formas clínicas Tuberculóide e Indeterminada são classificadas como paucibacilares, enquanto a Virchowiana e Dimorfa são classificadas como multibacilares. Deste modo, conhecer a incidência e a prevalência da classificação operacional e da forma clínica é de grande importância para adotar medidas que evitem o agravamento da doença em pessoas já portadoras.

Para o diagnóstico da Hanseníase é essencial o conhecimento clínico e epidemiológico desta doença, a análise histórica e das situações de vida dos indivíduos acometidos, bem como a realização do exame dermatoneurológico com a finalidade de observar as lesões ou possíveis

regiões da pele que estão com sensibilidades alteradas e/ou implicações nos nervos periféricos.

Verificam-se diversos aspectos clínicos demonstrados por meio de sinais e sintomas dermatológicos e neurológicos, os principais são: Manchas hipocrômicas, acastanhadas ou avermelhadas, com alterações de sensibilidade, pápulas, infiltrações, tubérculos e nódulos, diminuição ou queda de pêlos, ausência de sudorese no local, pele seca. As alterações neurológicas podem contribuir para o desenvolvimento de incapacidades físicas que podem até mesmo conduzir o quadro para graves deformidades. Tais alterações se expressam por meio da dor, espessamento dos nervos periféricos e perda de sensibilidade nas áreas constituídas pelos mesmos, principalmente nos olhos, mãos e pés.

Há mais de duas décadas que a Hanseníase tem tratamento disponibilizado de forma gratuita, nas unidades básicas de saúde, capaz de promover a cura efetiva dos casos. Apesar dos avanços na busca da eliminação da Hanseníase, a doença ainda continua ocupando lugar de destaque no cenário de doenças infectocontagiosas no Brasil, sendo considerada como um grave problema de saúde pública.

O diagnóstico precoce dos casos de Hanseníase, a correta classificação das formas clínicas da doença, as ações de educação em saúde, a

valorização social dos portadores para acabar com o estigma e a discriminação relacionados à doença, a divulgação dos sinais e sintomas, o início imediato do tratamento e o controle epidemiológico eficaz dos casos e dos contatos da doença, são determinantes no sucesso do tratamento e no alcance da cura.



Para o diagnóstico da Hanseníase é essencial o conhecimento clínico e epidemiológico desta doença, a análise histórica e das situações de vida dos indivíduos acometidos, bem como a realização do exame dermatoneurológico com a finalidade de observar as lesões ou possíveis regiões da pele



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de

Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Página 8. <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/novembro/22/Guia-Pratico-deHanseníase-WEB.pdf>

